

Orçamento

□ & NEG

10 FEV 1990

Sarney vai abrir os cofres no último mês

ESTADO DE SÃO PAULO

Governo prepara medida provisória para mudar legislação que restringe gastos

ARMANDO MENDES
ALDO RENATO SOARES

BRASÍLIA — O presidente José Sarney vai mandar na semana que vem ao Congresso uma medida provisória que abre os cofres do governo para o pagamento de dívidas e outras despesas, ainda durante seu mandato. A medida vai desobrigar o governo de obedecer ao limite imposto pela Lei das Diretrizes Orçamentárias, que restringe os gastos a 1/7 de todas as dotações orçamentárias até o dia 15 de março, para proteger o governo que assume.

Fontes do Ministério da Fazenda confirmaram ontem que a

medida é uma das várias medidas provisórias que o governo está preparando para fazer passar no Congresso ainda no período de governo do presidente Sarney. O Legislativo tem 30 dias para aprovar, modificar ou rejeitar as medidas provisórias que o Executivo publica, o que deixa um prazo até o meio de fevereiro para o presidente editar e negociar com o Congresso a sua aprovação. Nesse período, as medidas vigoram como se fossem leis.

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, confirmou ontem no início da noite que o presidente Sarney quer ser liberar do limite de 1/7 de gastos em todas as dotações referentes às dívidas do governo, e também nas dotações dos programas sociais, como o programa do leite, no pagamento das bolsas de estudos aos pesquisadores brasileiros que trabalham no Exterior, e

para o aumento de capital da Companhia Vale do Rio Doce.

Técnicos da área econômica revelaram que o Ministério da Fazenda e a Seplan resistiram às pressões do Palácio do Planalto. O ministro João Batista de Abreu passou a tarde de ontem com um grupo de auxiliares, no Gabinete Civil da Presidência. Ele discutiu as medidas provisórias com o chefe do Gabinete Civil, deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), e negou que tenha havido divergências no governo sobre a questão.

”São dívidas que teriam de ser pagas de qualquer maneira, pelo governo atual ou pelo próximo”, argumentou João Batista, afirmando que o limite de 1/7 estabelecido na LDO deixaria o governo atual sem recursos para honrar esses compromissos muito antes da posse do futuro presidente.